

O estudo de paisagens culturais através da literatura de matriz africana: uma experiência em escola

Marcelo Alonso Morais¹

“O texto exige que, depois de teres te servido dele da sua maneira, dizes quando o utilizaste e quando o interpretaste”. (Umberto Eco, 1992)

Introdução

Com o objetivo de criar um projeto pedagógico com base em um caráter formativo e humanista² e, conseqüentemente, fugir do caráter essencialmente materialista, individualista e imediatista da modernidade, a Escola Alemã Corcovado vem dando prioridade, em sua reestruturação curricular, ao desenvolvimento da cultura de ensino centrado no aluno, buscando o desenvolvimento de atitudes, habilidades e conhecimento, preparando-o para a vida em sociedade em contínuo e complexo processo de mudanças. Como base para a construção de seqüências didáticas, cada professor deve, antes de qualquer planejamento, organizar os conteúdos de acordo com a realidade cotidiana dos alunos, buscando a aquisição de competências para o desenvolvimento de qualificações. Isso, no entanto, deve sempre estar centrado em alguns princípios considerados norteadores, como a individualização, a diversidade, a multidimensionalidade e a interdisciplinaridade do processo, já que o objetivo do currículo por competências, segundo a proposta pedagógica da instituição, é contemplar a totalidade do ser humano.

Nesse contexto, as equipes de Ciências Humanas (Geografia, História, Filosofia e Sociologia) e de Língua Portuguesa dessa instituição se viram diante de um dilema, já que a estrutura curricular, engessada pela exigência das universidades, dificulta a elaboração de um currículo por competência com caráter humanista. Todavia, mesmo com todas as dificuldades

¹ Mestre em Geografia pela PUC-Rio. Professor colaborador da UERJ / PROEPER e professor de Geografia da Rede Pública Federal e da Rede Particular de Ensino do Rio de Janeiro.

² Esse termo é usado para indicar duas coisas diferentes: I) o movimento literário e filosófico que nasceu na Itália na segunda metade do século XIV, constituindo a origem da cultura moderna; II) qualquer movimento filosófico que tome como fundamento a natureza humana ou os limites e interesses do homem. No que concerne à proposta pedagógica da Escola Alemã Corcovado, o segundo significado se aproxima mais da proposta de currículo humanista apregoada pela instituição, podendo ser concebido como toda filosofia que tome o homem como medida das coisas. Portanto, segundo Abbagnano (2007, p.602), o Humanismo pode ser entendido como toda e “qualquer tendência filosófica que leve em consideração as possibilidades e, portanto, as limitações do homem, e que, com base nisso, redimensione os problemas filosóficos”.

estruturais (falta de tempo para a elaboração de projetos, segmentação do conteúdo, avaliações tradicionais etc.), todos os professores vêm se sentindo motivados a criarem estratégias para que a compreensão do conteúdo pudesse ser feita mediante o consenso na interpretação/compreensão.

O trabalho pedagógico torna-se aqui um eterno repensar entre teoria e prática, forçando o professor a assumir um papel de pesquisador. Sua postura precisa ser mudada, pois a mera aplicação de teorias e conceitos contidos em livros didáticos e/ou apostilas não são mais suficientes para atender as múltiplas realidades que se colocam à sua frente. Para Diniz,

O desafio constitui-se no reconhecimento da valorização de outros espaços de formação, rompendo o mito criado sobre a universidade enquanto “locus único” de formação profissional, modelo aos quais os cursos de formação de professores estiveram/estão atrelados. Tal desafio também consiste na valorização do saber da experiência docente, considerando que se aprende refletindo sistematicamente sobre a experiência, mas também se aprende ouvindo o relato da experiência do outro, em situações de troca de saberes para construir a sua forma pessoal de conhecer (2002, p.291).

Assumindo essa postura de reflexão sobre a ação e reflexão na ação, defendida por SCHON (1992, p.83) e citada por DINIZ (2002), foi feita uma avaliação dos métodos de trabalho utilizados no ensino de Geografia, História e Literatura na Terceira Série do Ensino Médio. Constatamos que seria interessante criarmos um projeto que pudesse levar o aluno a compreender o espaço brasileiro através de sua vivência, apesar das cobranças impostas pelo vestibular.

No que diz respeito à educação formal, o objetivo central de um currículo por competências é o desenvolvimento pleno do indivíduo, em seus aspectos físicos, mentais, espirituais, culturais e sociais, ou seja, os níveis intrapessoal, interpessoal e de atuação e inserção em sociedade. Se o contexto familiar trabalhar com a escola, o aluno poderá aprender a aprender através da problematização de situações cotidianas que gerem condições de o educando reconhecer-se a si mesmo e descobrir o outro, dialogando com as diferenças. Sendo assim, para atingir a plena realização pessoal, diante das múltiplas necessidades materiais e imateriais dentro de uma coletividade, o aluno, enquanto ser em um eterno devir deverá assumir responsabilidades para com os grupos sociais com os quais convive, tanto pelos problemas do grupo de referência, como pelos da humanidade em geral³.

Diante desse quadro de reestruturação curricular institucional e dada a necessidade de iniciar um diálogo entre três campos do saber, o geográfico, o histórico e o literário, escolhemos o livro *A Casa da Água*, volume I da obra literária *Alma da África*, por este

3 Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Os Quatro Pilares da Educação. Cortez Editora – UNESCO. 1997; Coll, C. e col. , *Aprender Conteúdos & Desenvolver Capacidades*. Artmed Editora, 2004.

apresentar na sua narrativa o movimento de territorialização vivido no retorno à África e empreendido por africanos e seus descendentes afro-brasileiros no período que precede a abolição da escravidão no Brasil do século XIX, configurando, assim, as etapas deste movimento que sinalizamos como desterritorialização – observado diante do contexto de uma crise de identidade e de não pertencimento ao lugar na sua chegada à África – e sua reterritorialização operada por meio da vida cotidiana sob uma circularidade cultural que propicia a constituição e semiografia – por meio das territorialidades – de fronteiras que cartografam no espaço da cidade de Lagos – na Nigéria, África Ocidental – o território de iorubanos que são identificados como brasileiros (os *agudás*) diante das experiências vividas no Brasil por seus antepassados (CORRÊA, 2009, p.1).

Além disso, nosso projeto visa contemplar a Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura afro-brasileira, bem como a História das múltiplas Áfricas e dos africanos nas instituições de ensino de todo o Brasil, ampliada pela Lei 11.645 que inclui estudos sobre a História e Cultura dos povos ameríndios, resgatando e valorizando tradições que fazem parte da formação da sociedade brasileira. Nosso maior objetivo aqui é introduzir novos elementos que possam aproximar a história dos africanos com a do Brasil, desconstruindo e ressignificando as representações sociais hegemônicas.

Espaço, tempo e construção de identidades

O entendimento do espaço geográfico e das relações homem – natureza diante da complexidade do mundo atual, nas palavras de Rua

obriga ao exercício da interdisciplinaridade e, ao mesmo tempo, coloca a Geografia na procura de um discurso específico centrado não apenas na “naturalidade” pura dos fenômenos, mas, fundamentalmente, em suas inter-relações com os fatos sociais (2007, p.12).

Essa discussão, para nós, geógrafos, serve para entendermos que o espaço deve ser analisado segundo as imagens, as identidades, os símbolos e as representações mentais, de como se inserem na paisagem e no espaço, semiografado pelas territorialidades, territorializando-o. Assim, o espaço territorializado pode ser “percebido como político e pleno de relações de poder/saber que se expressam em discursos de dominação e resistência” (RUA, 2007, p. 161).

Um território que, segundo Corrêa (2007) – ao efetuar a análise da prática cultural religiosa oriunda de matriz africana - é fortalecido e se expressa na relação simbólica existente entre a cultura e o espaço.

um território que longe do conceito clássico do mesmo referido pela geografia tradicional, emerge sob a condição de limites traçados no espaço a partir de valores, significados e ações imateriais associadas às ações materiais da cultura. Estes aspectos oferecem um leque de concepções distintas de territorializações, tornando polissêmico o conceito de território (CORRÊA, 2007, p.160).

Dentro dessa linha de raciocínio, temos que analisar com muito cuidado como é possível uma ética mundial sem deslocarmos a importância do espaço. Se o resgate da liberdade humana nas relações com o transcendental (olhar teleóptico da realidade) é de suma importância, assim

como a ampliação da racionalidade axiológica, a força de uma análise espacial torna-se fundamental, pois é importante levarmos em conta que as experiências, as forças anabásicas e os modelos sustentáveis, construídos a partir do ethos, se espacializam.

Se pensarmos em mudanças de hábitos eticamente sustentáveis, socialmente eficientes e historicamente duradouros, levando em conta o ethos local, é preciso discutir o conceito de identidade, já que nossas identidades, segundo Haesbaert,

são sempre configuradas tanto em relação ao nosso passado, à nossa memória e imaginação, isto é, à sua dimensão histórica, quanto em relação ao nosso presente, ao entorno que vivenciamos, isto é, à sua dimensão geográfica (2007, p.33-34).

Em uma primeira análise, poderíamos definir identidade como aquilo que se é. Sendo assim, ela é auto-contida e auto-suficiente (Silva, 2000, p.74). Na mesma linha de raciocínio, a diferença seria a oposição à identidade. No entanto, não há como identificar alguma coisa sem que haja a diferenciação. Logo, identificar e diferenciar são indissociáveis.

A identidade, tal como a diferença, para Silva (2000), é uma relação social, sujeita a relações de poder e alvo de disputas. Na compreensão do fenômeno identitário, partimos do pressuposto que a construção de uma identidade é um processo histórico, fazendo-nos vir a ser, a partir de nossas raízes, que se relacionam com o nosso ser. É, portanto, múltipla, aberta, dinâmica (Cruz, 2007, p.97) e relacional, forjada na relação com o outro.

Afirmar a identidade passa, também, pela luta na sociedade entre os diferentes grupos, pois através dos embates é que os seus significados são construídos e re-construídos. Na disputa pela identidade está embutida a busca de controle sobre os recursos materiais e imateriais da sociedade. A identidade e sua construção são produtos da luta entre os diferentes sujeitos na busca do controle sobre o espaço, reafirmando suas diferentes identidades de acordo com os interesses políticos, econômicos e financeiros, contestando ou reproduzindo uma ordem hegemônica.

Uma outra dimensão da identidade é a simbólica. Construída de forma subjetiva, a identidade se baseia nas representações, sem cair no desprezo da realidade em prol do imaginário. A materialidade da experiência social é essencial, mas nunca deve estar dissociada da natureza simbólica e subjetiva.

na construção da identidade não é possível pensar de forma dissociada sua natureza simbólica e subjetiva (representações) e seus referentes mais “objetivos” e “materiais” (a experiência social em sua materialidade) (CRUZ, 2007, p.99).

A partir dos sistemas de representação, os indivíduos podem se posicionar, se tornar sujeitos. A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos. O que somos só tem sentido a partir dos significados produzidos pelas representações. Os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à

experiência das clivagens e disparidades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados (WOODWARD, 2000, p.17).

Cruz (2007, p.99-100) nos faz pensar nas relações de poder inerentes à construção identitária. Vemos claramente que o poder se estende por todas as escalas da sociedade, viabilizando relações de diversas ordens, das mais materiais às imateriais, ou seja, das institucionalizadas ao simbólico das representações dos diversos grupos culturais

Para Haesbaert (2007, p.102-103), o território, político por natureza, é produto de um processo de territorialização, a partir de relações de dominação e/ou apropriação do espaço, ou seja, mediações espaciais de poder. Enquanto processo, o território se constitui com base em um sistema de classificação funcional e simbólico, reforçando as disparidades sociais, econômicas e culturais entre os indivíduos e os grupos. Assim, as territorialidades vão construindo diferenças e identidades.

Em sua clássica obra *Human Territoriality: its theory and history* (1986), Robert Sack nos fornece um importante instrumento, o conceito de territorialidade, para refletirmos sobre as relações entre identidade e território. Para o autor, o território é constituído pelas relações de dominação de um grupo de pessoas sobre determinada área que, através desse domínio, pode vir a controlar e se apropriar as ações de outros (p.19-21). Seguindo esse raciocínio, a territorialidade para Sack seria justamente a expressão geográfica do poder social (p.5), ou seja, as estratégias espaciais usadas por um determinado grupo ou indivíduo para obter o controle de uma área, contendo, simultaneamente, três relações interdependentes, a saber: uma forma de classificação de área, uma forma de controle de acesso e ainda um modo de comunicação. Para o geógrafo, ao se delimitar uma área para fim de controle, impõem-se barreiras físicas ou simbólicas que impedem ou dificultam o contato entre indivíduos e objetos, fazendo-se necessária, também, a comunicação dessa apropriação, a fim de garantir a posse, a exclusão ou, quem sabe, a direção a ser tomada no espaço (p.21-22).

Num diálogo com as discussões realizadas por Sack e Haesbaert, resgatamos o conceito de território defendido por Souza, que o vê como um "(...) espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (1995, p.77-116), reforçando nossa proposta de entendimento do território como uma área de influência e sob o domínio de um grupo. Segundo esse autor (1995, p.78), o estudo do território

"(...) pressupõe uma flexibilização da visão de território. Aqui, o território será um campo de forças, uma teia ou uma rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os insiders) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os outsiders)".

Bonnemaison (2002) associa a territorialidade e suas estratégias materiais e imateriais de constituição do território à idéia de geossímbolo, apresentada por Corrêa (2008) como

um lugar, um itinerário, acidentes geográficos ou uma extensão, que, por motivos políticos, religiosos ou culturais, sob as expectativas individuais ou coletivas de determinados grupos étnicos, assume uma dimensão simbólica, estabelecendo e consolidando, através da prática cultural, seus processos de identidade e alteridade frente aos outros grupos, configurando, assim, a semiografia do território (p.166-167).

Sendo assim, a identidade territorial é na verdade uma identidade social, mas definida essencialmente através do território, que envolve apropriação/dominação (HAESBAERT, 2007, p.42-44). Assim como a identidade, o território é processual, relacional e apresenta múltiplas velocidades e dinâmicas ao longo do tempo. Se as identidades sociais são simbólicas, há a clara percepção de que os símbolos estão calcados em referenciais materiais, apesar de fazerem parte do imaginário. Para maior solidez do poder simbólico no processo de construção das identidades, temos que levar em conta o espaço, pois toda identidade cultural se concretiza no/atraves do espaço, apesar de nem toda identidade ser territorial. Segundo Moraes, o autor afirma que

as identidades sociais são dinâmicas e simbólicas, porém, os símbolos que as compõem precisam ancorar-se em referentes materiais (têm sempre uma fundamentação política concreta) e, ao mesmo tempo, fazem parte do imaginário. Assim como os símbolos e geossímbolos, as identidades também são uma realidade ambígua. Citando Woodward, Haesbaert afirma que “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social”. Um de seus principais aspectos é que ela está vinculada também às condições sociais e materiais. Estas causas e consequências materiais, afirma Haesbaert, “vão desde a alusão a objetos do cotidiano até espaços bastante amplos que se tornam então referenciais simbólicos através dos quais os grupos se reconhecem e afirmam suas identidades” (p.42).

Segundo Corrêa, um território que ao fortalecer e exprimir a relação simbólica existente entre cultura e espaço, assume uma concepção sistêmica,

operada sob as expectativas dos que o constituem conforme a subjetividade do significante (seja individualmente ou agenciado coletivamente), na construção de signos e significados, que passam a incorporar ao grupo e ao território demarcado o processo identitário (2008, p.167).

Espaço e literatura no romance “A casa da água”, de Antonio Olinto

A Literatura reinventa o mundo através de concepções subjetivas dos lugares e personagens nas paisagens literárias. A ficção e a linguagem verbal tratam do que se poderia ou deveria ser, dissimulando o verídico. O espaço é visto como recurso da instalação das ficções, como suporte das fantasias, que adquirem estatuto de realidade, se materializa e ganha autonomia sobre o mundo externo. A Literatura, portanto, trata das representações do real à vista de experiências imaginárias sobre o mundo exterior. A Geografia, enquanto ciência, possui uma abordagem espacial dos fenômenos, que se materializam, mapeando o mundo real através das leituras dos ambientes. O espaço é peça chave na obra literária, pois a dinamiza ao alcançar o máximo do imaginário.

Dentro de uma perspectiva humanística, a paisagem que se espacializa é percebida como um texto que, segundo Edgar Morin, é um tecido, ou seja, aquilo que pode e deve ser tecido junto. O *complexus* tem sua origem na necessidade crescente de se trabalhar um determinado tema a partir de múltiplas análises inter-multi-transdisciplinares.

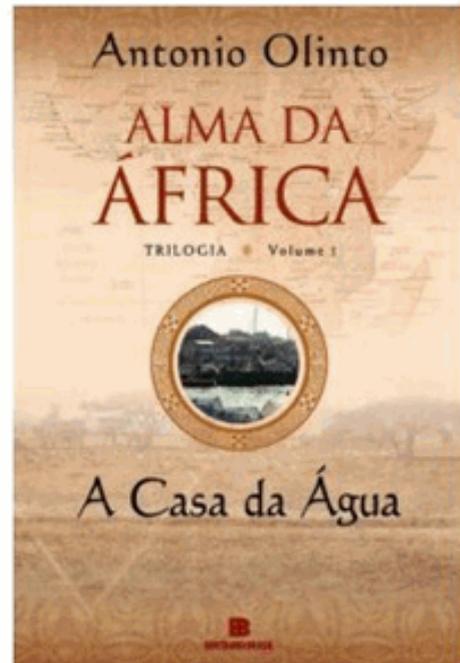
As paisagens imaginadas não são somente as visibilidades panorâmicas, mas também a sensibilidade, a percepção política, social, econômica, cultural e religiosa. A ficção pode explicar o homem, suas necessidades (materiais e imateriais), seus desejos e anseios, pois não são somente mentiras, mas apresenta uma cartografia do real, pois os elementos subjetivos das narrativas são potencialmente valorosos para o entendimento da modelagem da realidade.

Como sujeitos com os quais os geógrafos podem dialogar, os textos literários expressam contextos espaço-temporais brasileiros, como, por exemplo, a Caatinga, o Cerrado, a Amazônia, o engenho, as fazendas, o êxodo, a urbanização da sociedade, as cidades, as expressões culturais e religiosas. Logo, há uma geograficidade nos textos literários (CORRÊA e ROSENDAHL, 2007, p.13).

Para a Geografia Humanista, a Literatura, “instrumento com grande capacidade de desenvolver um senso crítico de ver” (LLOYD e SALTER, 1977), é capaz de avaliar a originalidade e a personalidade dos lugares (*sense of place*) e fornecer exemplos de apreciação pessoal de paisagens, associadas aos espaços vividos, extremamente relevantes na abordagem geográfica (BROSSEAU, 2007, pp.19-20), devendo se levar em conta as idiosincrasias do romancista e a natureza, qualidade e confiabilidade de um fato, ficção e símbolo.

Vista através de seu realismo como complemento de uma Geografia Regional, como transcrição da experiência dos lugares e/ou como crítica da realidade ou da ideologia dominante (BROSSEAU 2007), a Literatura, para os geógrafos, assegura um mínimo de confiabilidade em termos de informação e atende às preocupações regionais, permitindo ainda reencontrar expressões mais subjetivas da experiência dos lugares e das paisagens. No entanto, como alerta Corrêa (2009),

para o próprio Brosseau existe uma possibilidade de evitar o risco de se estar fazendo uma leitura literal de uma paisagem literária, ou seja, a observância da vida do romancista, se este viveu nos lugares que descreve, ou em outras palavras, se realmente estabeleceu laços de pertencimento ao ambiente que apresenta, permitindo, desta feita, que o que está narrado na ficção obtenha maior proximidade com a realidade, pois, a narrativa da paisagem no discurso literário,



assim como no discurso fílmico (BARBOSA, J; CORRÊA, A.M., 2001) – sob uma ação dialógica com o campo de saber geográfico – atua de forma intencional, pois ao mesmo tempo que se apresenta como cenário da ação, emerge também como signo que propicia o ato de afetar o leitor, guiando-o na compreensão da personalidade dos lugares e da personalidade dos personagens, porque através da paisagem o autor expõe suas concepções subjetivadas dos lugares e dos personagens intermediadas pelas metáforas (2009, p.3).

Em resumo, o Brosseau (2007) afirma que a Literatura, para a Geografia, é um instrumental que pode nos ensinar algo sobre o mundo e sobre a nossa relação com o mundo. É fonte imprescindível de informações que nos permite entender melhor a complexidade do espaço. Ela nos fornece elementos para um diálogo infinito do leitor para como o texto, reconhecendo-o como uma nova maneira de ler e de escrever já que o romance não se esgota, pois está aberto, dada a processualidade da interpretação, que o ressignifica sempre.

O texto não pode ser obliterado naquilo que ele é, ou seja, literário. O leitor, por sua vez, assim como o romancista, possui experiências, sensações e percepções oriundas de sua vivência que interferem nas diversas formas de interpretação. Entrar em contato com o romance é, para o geógrafo, compreender nossa própria relação com a escritura dos lugares, conhecendo algo de novo sobre eles.

No que tange ao aluno, faz-se necessário desenvolver a habilidade do reconhecimento e manuseio da linguagem verbal como instrumento de reflexão sobre o processo de construção de identidades, através das representações sociais historicamente constituídas e que se espacializam. As informações implícitas no texto do romance são aquelas que não estão presentes claramente na base textual, mas podem ser construídas pelo leitor por meio da realização de inferências que as marcas do texto permitem. O aluno deve ser capaz de identificar as informações pressupostas, discernindo entre o que é narrado e o que faz parte de uma opinião sobre ele. Além das informações explicitamente enunciadas, há outras que podem ser pressupostas e, conseqüentemente, inferidas pelo leitor. Através desse movimento, cria-se uma relação entre a realidade vivida pelo aluno e o texto literário.

Metodologia

- Momento 1: Leitura individual da obra pelo aluno;
- Momento 2: Discussão, com enfoques literário, histórico e geográfico do texto narrativo em aula coletiva com os professores de Geografia, História e Literatura;
- Momento 3: Discussão, com enfoque geográfico, das práticas culturais afro-brasileiras contidas no texto narrativo;
- Momento 4: Atividade individual e/ou em grupo a partir da leitura e das discussões acerca do texto narrativo.

Referências bibliográficas

- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território!. In ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs). Geografia Cultural: um século (3). Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- BROSSEAU, Marc. Geografia e Literatura. In: Literatura, música e espaço. CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs). Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2007.
- BROSSEAU, Marc. O Romance: outro sujeito para a Geografia. In: Literatura, música e espaço. CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs). Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2007.
- COLL, C. Aprender Conteúdos & Desenvolver Capacidades. Artmed Editora, 2004.
- CORRÊA, A. M. Hermandad de la Boa Morte como manifestación cultural afrobrasileña: de cultura alternativa a la inserción global. In: Diversidad Cultural, Creencias y Espacio: Referencias Empíricas. CARBALHO, Cristina T. (org). Lúgan: Publicaciones Del PROEG, Universidad Nacional de Lúgan, 2007.
- CORRÊA, A. M. Espacialidades do sagrado: A disputa pelo sentido do ato de festejar da Boa Morte e a semiografia do território encarnador da prática cultural afro-brasileira. In: SERPA, A (org). Espaços culturais: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008.
- CORRÊA, A. M. O Movimento de territorialização, a prática cultural afro-brasileira na África: um diálogo entre a geografia e a literatura, 2009. No prelo.
- CORRÊA, R. L. Notas realizadas a partir de Conferência sobre Espaço e Cultura, ministrada no EGAL 2009.
- CRUZ, V.C. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In ARAÚJO, F.G.; HAESBAERT, R. (org). Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Editora Access, 2007.
- DINIZ, M.S. Ouvindo narrativas, criando saberes...um novo processo de formação. In: PONTUSCHKA, N. N. e OLIVEIRA, A. U (orgs). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- GOMES, P. C. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1996.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In ARAÚJO, F.G.; HAESBAERT, R. (orgs). Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Editora Access, 2007.
- LEGROS, Patrick; MONNEYRON, Frédéric; RENARD, Jean-Bruno; TUCUSSEL, Patrick. Sociologia do Imaginário. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.
- LEFEBVRE, H. La presencia y la ausencia. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

- MORAES, R. O. Terreiros de Candomblés no Rio de Janeiro: Territórios e Estratégias Identitárias nas Práticas Simbólicas e Sociais. Niterói: UFF/PPGG. Dissertação de Mestrado, 2009.
- MOREIRA, R. A Diferença e a Geografia – O ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. In: GEOgraphia, Ano 1, No 1, 1999
- MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.
- Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Os Quatro Pilares da Educação. Cortez Editora – UNESCO. 1997.
- RUA, J. Notas de sala de aula. Mestrado em Geografia e Meio Ambiente. PUC-Rio, 2009.
- RUA, J.; OLIVEIRA, R. R.; FERREIRA, A.. Paisagem, espaço e sustentabilidades: Uma perspectiva multidimensional da Geografia. In RUA, J. et all. (org). Paisagem, Espaço e Sustentabilidades: Uma perspectiva multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2007.
- SACK, R. Human Territoriality: its theory and history. Cambridge University Press, 1986.
- SCHON, D.A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A (org). Os professores e sua profissão. Lisboa: Publicações Dom Quixote – LDA , 1992.
- SILVA, Augusto César Pinheiro da. Espaço, “sustentabilidades” e educação básica local: por políticas públicas municipais voltadas para um desenvolvimento socioespacial mais autônomo. In Revista O Social em questão, Ano X, nº 18. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2007.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, T.T. (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- SOARES, M. L. A. Reinventando o ensino da geografia. In: PONTUSCHKA, N. N. e OLIVEIRA, A. U (orgs). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento In: CASTRO, I. E. (et alli) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1995.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org). Identidade e diferença: A perspectivas dos Estudos Culturais. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.